



Prefeitura prepara o Sítio Cercado para a chegada dos mosquitos que combatem a dengue

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) começou um amplo trabalho de orientação e diálogo com moradores, comerciantes e comunidade escolar do bairro Sítio Cercado para a introdução do Método Wolbachia, de combate à den-

gue, zika e chikungunya. A mobilização é uma etapa essencial para o sucesso da estratégia, que prevê o início da liberação dos chamados wolbitos — mosquitos *Aedes aegypti* com a bactéria Wolbachia — no fim de julho. A bactéria, inofensiva às

peças e ao meio ambiente, impede que o mosquito transmita os vírus da dengue, zika e chikungunya. Os wolbitos liberados cruzam com os *Aedes aegypti* locais, repassando a bactéria para os descendentes. | Página 2

FGC ainda tem R\$ 1,83 bi para devolver a clientes do grupo Master

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ainda tem um montante de R\$ 1,83 bilhão reservado para investidores e correntistas de instituições ligadas ao grupo Master que ainda não pedi-

ram o reembolso. Segundo balanço divulgado na terça-feira (14), os recursos ainda podem ser resgatados pelo aplicativo do FGC. O FGC ressalta que o valor parado no fundo permanece sem nenhuma corre-

ção pela inflação desde a liquidação dos bancos. Na prática, quanto mais tempo o beneficiário demora para solicitar o pagamento, menor será o poder de compra do valor recebido. | Página 3

Medicamentos vencidos: onde descartar e por que não jogar no lixo ou no vaso sanitário

Medicamentos vencidos ou que não serão mais utilizados não devem ser descartados no lixo comum, na pia ou no vaso sanitário. A orientação da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e da Organização Mundial da Saúde (OMS) é que esses produtos sejam entregues em pontos de coleta apropriados, como farmácias, drogarias participantes da logística reversa e unidades de saúde habilitadas. O descarte correto reduz o risco de contaminação do solo e da água e evita acidentes domésticos e intoxicações.

Segundo a Secretaria de Estado da Saúde, os princípios ativos presentes nos medicamentos podem permanecer no ambiente quando descartados de forma inadequada, já que muitos deles não são totalmente eliminados pelos sistemas convencionais de tratamento de esgoto. A OMS também alerta que o gerenciamento adequado dos resíduos de medicamentos é uma medida importante para a proteção da saúde pública e do meio ambiente.

| Página 5

Túnel Santos-Guarujá: projeto cumpre etapa contratual

Foto: Agência SP



A Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo (SPI) formalizou o Termo de Transferência Inicial do Sistema de Interligação Santos-Guarujá, procedimento previsto no contrato e no cronograma do empreendimento.

Desde a assinatura do contrato, em janeiro deste ano, a TSG Concessionária atua na elaboração dos projetos e na realização dos estudos necessários à implantação do túnel. Com a formalização do termo, a empresa passa a responder pelas áreas e atividades previstas contratualmente para a construção, a operação, a manutenção e a realização dos investimentos no sistema. | Página

Economia

IBGE prevê safra de 347,4 milhões de toneladas para 2026

Foto: Agência Brasil



A estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas deste ano é de 347,4 milhões de toneladas.

O volume é 0,4% maior do que a do a colheita ano passado, o que representa mais de 1,3 milhão de toneladas a mais do que a de 2025, que foi de 346,1 milhões de toneladas. Os dados foram divulgados na terça-feira (14).. | Página 3

Destaques

Mais do que servir, criar memórias

A gastronomia é um dos elementos mais marcantes de um casamento. Muito além de servir uma refeição, ela cria experiências, desperta emoções e se transforma em uma das lembranças mais presentes na memória dos noivos e de seus convidados. Um menu bem planejado traduz a identidade do casal, harmoniza com o estilo da celebração e contribui para que cada momento seja vivido de forma acolhedora e inesquecível. | Página 2

Veja como mulheres vítimas de violência podem ter acesso ao auxílio-aluguel em SP

A dependência financeira é um dos principais fatores que dificulta o rompimento de ciclos de violência doméstica. Voltado a mulheres em situação de vulnerabilidade, o Auxílio-Aluguel para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica ajuda a custear os gastos de moradia temporária para aquelas que sofreram abusos e precisam deixar seus lares.

O auxílio de R\$ 500 é concedido pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS) inicialmente por seis meses e pode ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante avaliação técnica. A medida busca oferecer condições para que as beneficiárias reconstruam suas vidas com mais segurança e autonomia. | Página 6

Pertinho de Curitiba, Festival do Pinhão reúne 20 estabelecimentos com produtos temáticos

O 6º Festival do Pinhão de São José dos Pinhais - Rota das Colônias reúne gastronomia regional, experiências no campo, apresentações culturais, música ao vivo, artesanato e atividades voltadas à valorização da identidade local. Turistas e moradores podem aproveitar as programações e produtos especiais de mais de 20 estabelecimentos - ranchos, chácaras, restaurantes - até o dia 1º de agosto.

O evento é idealizado pela Associação dos Produtores Rurais, Artesãos e Empreendedores da Campina do Taquaral e Região (Acamp) e tem como obje-



tivo valorizar a cultura local, o turismo rural e o comércio regional.

O festival é realizado na Rota das Colônias, um roteiro de turismo rural em São José dos Pinhais com estabelecimentos que resgatam a cultura regional e dos imigrantes europeus. A

rota oferece opções de artesanato, gastronomia e hospedagem típicas.

O secretário para o Desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba, Thiago Bonagura, destaca a importância do evento.

“Apoiar eventos como este significa fortalecer di-

retamente a agricultura familiar, gerar renda para os empreendedores locais e preservar a nossa rica herança cultural. Durante a festividade, os visitantes poderão saborear pratos exclusivos desenvolvidos especialmente para a ocasião, além de adquirir produtos coloniais e peças artesanais, participar de atividades rurais e vivenciar a rotina das propriedades participantes”, disse Bonagura.

A programação também conta com uma exposição temática sobre o pinhão e o pinheiro no Shopping São José, reunindo obras produzidas por artistas locais.

(Prefeitura de Curitiba)

Prefeitura prepara o Sítio Cercado para a chegada dos mosquitos que combatem a dengue

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) começou um amplo trabalho de orientação e diálogo com moradores, comerciantes e comunidade escolar do bairro Sítio Cercado para a introdução do Método Wolbachia, de combate à dengue, zika e chikungunya.

A mobilização é uma etapa essencial para o sucesso da estratégia, que prevê o início da liberação dos chamados wolbitos — mosquitos *Aedes aegypti* com a bactéria Wolbachia — no fim de julho. A bactéria, inofensiva às pessoas e ao meio ambiente, impede que o mosquito transmita os vírus da dengue, zika e chikungunya. Os wolbitos liberados cruzam com os *Aedes aegypti* locais, repassando a bactéria para os descendentes.

A implantação do método na capital é resultado de uma cooperação técnica entre a Prefeitura de Curitiba, por meio da SMS, e a empresa curitibana Wolbit do Brasil — IBMP/Fiocruz Paraná.

EL NIÑO

A secretária municipal da Saúde, Tatiane Filipak, explica que o método representa mais um avanço na estratégia da Prefeitura para proteger a população contra a dengue. É uma tecnologia segura, baseada em evidências científicas e que fortalece as ações de enfrentamento ao mosquito adotadas pelo município desde 2024.

“Conseguimos reduzir em 92% os casos de dengue



em 2025 e, neste ano, já registramos uma redução de 94% em relação ao período anterior. Mas, diante da previsão de influência do fenômeno El Niño, que pode provocar muitas chuvas e favorecer o aumento da circulação da doença, estamos preparando Curitiba para enfrentar o cenário com mais inovação, tecnologia e prevenção”, Tatiane.

Aplicado em cidades brasileiras e em outros 14 países, o Método Wolbachia já apresentou resultados expressivos. Em Niterói (RJ), contribuiu para a redução de até 89% dos casos de dengue, consolidando-se como uma importante ferramenta complementar às ações tradicionais de combate ao mosquito.

CASA A CASA

Na sexta-feira (10/7), agentes comunitários de saúde e de combate às endemias vinculados ao Distrito Sanitário Bairro Novo iniciaram um trabalho de orientação casa a casa no Sítio Cercado, que também envolverá escolas, unidades

de saúde, equipamentos públicos e o comércio local.

PREPARAÇÃO DA COMUNIDADE

Na primeira quinzena de junho, agentes de combate às endemias (ACE), agentes comunitários de saúde (ACS), profissionais das redes municipal e estadual de ensino, equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e parceiros locais passaram por capacitação sobre o Método Wolbachia para se tornarem multiplicadores da informação.

“Agora, a mobilização entra em uma nova etapa, com visitas domiciliares, ações educativas em escolas, unidades de saúde, equipamentos da assistência social e abordagens em locais de grande circulação de pessoas”, explica a diretora do Centro de Saúde Ambiental da SMS, Francielle Cristine Narloch, área responsável pela cooperação técnica.

Após o trabalho de engajamento comunitário será realizada uma pesquisa para

avaliar o entendimento da população sobre o método antes do início da liberação dos wolbitos.

O coordenador de Saúde Ambiental da SMS, Juliano Ribeiro, responsável pela condução técnico-científica do programa no Sítio Cercado, revela ainda que a liberação dos mosquitos com Wolbachia utilizará duas estratégias: uma por meio de ovos e outra com mosquitos adultos.

“Essa metodologia permite comparar, em condições reais e dentro de um mesmo território, o desempenho das duas formas de implantação, produzindo evidências que poderão orientar futuras expansões do programa. A duração estimada desta fase é de 26 semanas, contadas a partir do início das liberações”, complementa ele.

TERMO DE COOPERAÇÃO

A implantação do Método Wolbachia no Sítio Cercado é possível graças ao termo de cooperação técnica firmado entre a Prefeitura de Curitiba e a Wolbit do Brasil, assinado em março durante a Smart City Expo Curitiba. Instalada na capital paranaense desde 2025, a empresa opera a maior biofábrica de mosquitos com Wolbachia do mundo, reforçando o protagonismo de Curitiba no desenvolvimento e na adoção de soluções inovadoras para a saúde pública.

(Prefeitura de Curitiba)

GASTRONOMIA

Mais do que servir, criar memórias

A gastronomia é um dos elementos mais marcantes de um casamento. Muito além de servir uma refeição, ela cria experiências, desperta emoções e se transforma em uma das lembranças mais presentes na memória dos noivos e de seus convidados. Um menu bem planejado traduz a identidade do casal, harmoniza com o estilo da celebração e contribui para que cada momento seja vivido de forma acolhedora e inesquecível.

Especialista em casamentos, a Melograno acredita que cada história merece uma proposta gastronômica única. Por isso, desenvolvemos cardápios personalizados, pensados em conjunto com os noivos, considerando seus gostos, tradições, perfil dos convidados e o conceito do evento. Cada detalhe é cuidadosamente planejado para proporcionar uma experiência que une sabor, elegância e excelência em cada serviço.

Com experiência na realização de mais de mil casamentos, a Melograno entende que a gastronomia tem o poder de conectar pessoas e tornar a celebração ainda mais especial. Quando qualidade, atendimento e personalização caminham juntos, o resultado vai além de um excelente buffet: cria-se uma experiência que faz parte da história do casal e permanece na memória de todos que compartilham esse momento. Faça seu evento conosco!

www.melogramoeventos.com.br



“Sigamos, pois, as coisas que servem para a paz e para a edificação de uns para com os outros.”

Romanos 14.19.

Como discípulos de Jesus fomos chamados para viver em comunidade. E não é fácil viver em comunidade, seja na família, no trabalho ou na igreja. O que nos une como igreja é a fé em Jesus, a Palavra como nosso alicerce e o amor.

No capítulo 14 de Romanos, Paulo ensina que nem todas as diferenças precisam se tornar motivo de discussão. Havia irmãos com opiniões diferentes sobre alimentos e dias especiais, mas o apóstolo lembra que o Reino de Deus não é sobre essas coisas, e sim “justiça, paz e alegria no Espírito Santo”. Por isso, antes de insistirmos em estar certos, devemos perguntar: o que vou dizer ou fazer promove a paz? Isso edifica meu irmão?

Em uma época em que as pessoas discutem por qualquer motivo, os discípulos de Cristo são chamados a ser promotores da paz. Isso não significa abrir mão da verdade, mas tratar uns aos outros com amor, respeito e disposição para edificar, e não para destruir.

Deus abençoe sua vida e família.



PR. MARCOS GOMES
@PRO.MARCOSGOMES

Expediente

FGC ainda tem R\$ 1,83 bi para devolver a clientes do grupo Master

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ainda tem um montante de R\$ 1,83 bilhão reservado para investidores e correntistas de instituições ligadas ao grupo Master que ainda não pediram o reembolso. Segundo balanço divulgado na terça-feira (14), os recursos ainda podem ser resgatados pelo aplicativo do FGC.

O FGC ressalta que o valor parado no fundo permanece sem nenhuma correção pela inflação desde a liquidação dos bancos. Na prática, quanto mais tempo o beneficiário demora para solicitar o pagamento, menor será o poder de compra do valor recebido.

COMO RESGATAR

As pessoas físicas podem solicitar o reembolso diretamente pelo aplicativo oficial do FGC.

O fundo orienta os beneficiários a manterem as notificações do aplicativo ativas, pois o sistema pode solicitar informações adicionais para concluir o pagamento.

QUANTO FALTA

O maior volume de pagamentos já foi realizado, mas ainda há recursos disponíveis



Foto: Rafa Neddermeyer/ABR

para milhares de beneficiários.

Nos bancos Master, Master de Investimento e Letsbank, o FGC já desembolsou R\$ 40,03 bilhões, o equivalente a 98,54% do total previsto. Ainda restam cerca de R\$ 590 milhões para serem retirados.

Mais de 718 mil credores já receberam os valores, o que representa 93,72% do público estimado.

No caso do banco Pleno, antigo Voiter, foram pagos R\$ 4,5 bilhões, correspondentes a 93,93% do total esperado. Permanecem disponíveis cerca de R\$ 290 milhões, enquanto aproximadamente 135 mil beneficiários já fizeram o resgate.

Já no Will Bank, o FGC desembolsou R\$ 5,75 bilhões, ou 94,69% do montante previsto. Ainda há cerca de R\$ 950 milhões à espera dos clientes. Mais de 276 mil

beneficiários já receberam os recursos.

O QUE É

O Fundo Garantidor de Créditos é uma entidade privada, sem fins lucrativos, criada para proteger clientes de instituições financeiras em caso de intervenção ou liquidação.

Quando um banco quebra, o FGC reembolsa depósitos e determinados investimentos até o limite de R\$ 250 mil por Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por instituição ou conglomerado financeiro. Existe ainda um teto global de R\$ 1 milhão em indenizações por CPF ou CNPJ em um período de quatro anos.

O objetivo é aumentar a segurança dos investidores e

preservar a confiança no sistema financeiro.

O QUE É PROTEGIDO

A garantia do FGC cobre diversos produtos financeiros, entre eles:

- conta-corrente;
- conta-poupança;
- CDB e RDB;
- Letras de Crédito Imobiliário (LCI);
- Letras de Crédito do Agro-negócio (LCA);
- Letras de Câmbio (LC);
- Letras Hipotecárias (LH);
- Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCD);
- Operações compromissadas com títulos emitidos por instituições financeiras.

Investimentos como ações, fundos de investimento, debêntures, Tesouro Direto e certificados de operações estruturadas (COEs) não são protegidos pelo FGC.

PATRIMÔNIO DO FUNDO

O FGC também divulgou um retrato da cobertura do sistema financeiro brasileiro.

Em abril, os depósitos e investimentos elegíveis à garantia somavam R\$ 5,58 trilhões. Considerando o limite máximo de cobertura por cliente, o valor efetivamente protegido era de R\$ 2,684 trilhões. (Agência Brasil)

A semana foi marcada por acontecimentos que reforçam a necessidade de uma gestão empresarial cada vez mais estratégica. Em um cenário de mudanças tributárias, desafios fiscais e incertezas internacionais, as empresas precisam olhar além dos indicadores internos e acompanhar os movimentos que podem influenciar seus resultados nos próximos meses.

A reforma tributária continua sendo o principal tema para o setor produtivo. Entrou em uma nova fase de adaptação operacional, exigindo que empresas revisem seus sistemas de faturamento, emissão de documentos fiscais, formação de preços e processos internos para atender às exigências da CBS e do IBS. Especialistas alertam que quem deixar a adequação para a última hora poderá enfrentar custos adicionais, riscos operacionais e dificuldades no cumprimento das obrigações fiscais.

As empresas de serviços permanecem entre as mais preocupadas. A indefinição sobre a carga tributária efetiva, o aproveitamento de créditos e os impactos no fluxo de caixa ainda dificultam o planejamento financeiro e a negociação de contratos de longo prazo. Em um ambiente de margens apertadas, qualquer mudança tributária pode alterar significativamente a competitividade.

No cenário econômico, o Banco Central mantém uma postura de cautela. Embora a atividade econômica tenha apresentado crescimento no primeiro trimestre, a inflação voltou a pressionar e continua acima da meta, mantendo o ambiente de crédito seletivo e exigindo atenção das empresas quanto ao controle de custos e do endividamento.

Outro ponto relevante é o ambiente internacional. As incertezas provocadas pelos conflitos no Oriente Médio continuam afetando os preços de energia, as cadeias de suprimentos e as condições financeiras globais. Empresas que dependem de insumos importados ou atuam no comércio exterior devem acompanhar de perto esses movimentos, pois oscilações cambiais e logísticas podem impactar diretamente seus custos.

No campo político, o avanço do calendário eleitoral aumenta a expectativa em torno de propostas econômicas, incentivos e mudanças regulatórias. Em períodos como este, é natural que o mercado reaja às sinalizações do governo e dos principais atores políticos. Entretanto, empresários devem manter decisões baseadas em planejamento, indicadores e análise de riscos, evitando decisões fundamentadas apenas em expectativas eleitorais.

Outro aspecto importante é o fortalecimento da governança. Bancos e investidores continuam priorizando empresas com boa gestão financeira, transparência, geração consistente de caixa e menor exposição ao endividamento. A diferença entre crescer em faturamento e crescer com lucro torna-se cada vez mais evidente.

O mundo continua acompanhando o Brasil. A confiança dos investidores dependerá da condução da política fiscal, da estabilidade institucional, da implementação da reforma tributária e da capacidade do país de oferecer segurança jurídica e previsibilidade para quem investe.

Para esta semana, a mensagem é clara: fortalecer o caixa, revisar o planejamento tributário, preparar a empresa para as mudanças do novo sistema de impostos, controlar custos e acompanhar atentamente os desdobramentos políticos e econômicos.

Em um ambiente de rápidas transformações, informação, planejamento e capacidade de adaptação continuam sendo os maiores diferenciais competitivos das empresas.

IBGE prevê safra de 347,4 milhões de toneladas para 2026

A estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas deste ano é de 347,4 milhões de toneladas.

O volume é 0,4% maior do que a do ano passado, o que representa mais de 1,3 milhão de toneladas a mais do que a de 2025, que foi de 346,1 milhões de toneladas. Os dados foram divulgados na terça-feira (14).

Segundo o IBGE, a área a ser colhida é de 83,2 milhões de hectares, com aumento de 1,6 milhão de hectares frente a 2025, um crescimento de 1,9%. Em relação ao mês anterior, a área a ser colhida apresentou declínio de 60.985 hectares (-0,1%).

O arroz, o milho e a soja são os três principais produtos deste grupo, que, somados, representaram 92,8% da



Foto: Agência Brasil

IBGE prevê safra de 347,4 milhões de toneladas para 2026

estimativa da produção e respondem por 87,4% da área a ser colhida.

Para a soja, a estimativa de produção foi de 174,8 milhões de toneladas. Quanto ao milho, a estimativa foi de 136,5 milhões de toneladas (29,7 milhões

de toneladas de milho na 1ª safra e 106,8 milhões de toneladas de milho na 2ª safra).

A produção do arroz (em casca) foi estimada em 11,2 milhões de toneladas; a do trigo, em 6,6 milhões de toneladas; a do algodão herbáceo (em caro-

ço), em 9,1 milhões de toneladas; e a do sorgo, em 5,6 milhões de toneladas.

Entre as grandes regiões, o volume da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou a seguinte distribuição, de acordo com o estudo: Centro-Oeste, 172,4 milhões de toneladas (49,6%); Sul, 92,4 milhões de toneladas (26,5%); Sudeste, 30,8 milhões de toneladas (8,9%); Nordeste, 29,8 milhões de toneladas (8,6%) e Norte, 22,2 milhões de toneladas (6,4%).

Na produção pelas unidades da federação, Mato Grosso lidera como o maior produtor nacional de grãos, com participação de 31,3%, seguido pelo Paraná (13,7%), Rio Grande do Sul (10,7%), Goiás (9,7%), Mato Grosso do Sul (8,4%) e Minas Gerais (5,5%), que, somados, representaram 79,3% do total. (Agência Brasil)

Brasil chama tarifa dos EUA de “injusta” em nova reunião

O governo brasileiro voltou a classificar como “injusta” a possível imposição de novas tarifas pelos Estados Unidos sobre produtos nacionais durante reunião de alto nível realizada na terça-feira (14) com o representante estadunidense de Comércio, Jamieson Greer. O encontro ocorreu na véspera do prazo final para a decisão da administração do presidente Donald Trump sobre a adoção das sobretaxas.

Em nota, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) informou que essa foi a quinta reunião entre autoridades dos dois países desde 7 de maio, quando os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump decidiram criar um grupo de trabalho voltado ao diálogo comercial.

CRÍTICA ÀS TARIFAS

No comunicado, o Mdic destacou que o governo brasileiro reiterou que as recomendações do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) não têm fundamento técnico e não justificam a adoção de

novas barreiras comerciais.

As críticas envolvem tanto a proposta de sobretaxa de 25% específica para produtos brasileiros quanto a tarifa adicional de 12,5% relacionada à investigação sobre trabalho forçado, aplicável também a outras 59 economias.

“O governo brasileiro reiterou que a aplicação de qualquer sobretaxa se mostra injusta e não é o caminho para que possamos formular um acordo bilateral mutuamente adequado”, afirmou a pasta.

NEGOCIAÇÃO MANTIDA

Além do Mdic, participaram da reunião representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da Assessoria Especial da Presidência da República.

Segundo o governo, a orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é manter o diálogo com Washington e buscar uma solução negociada para evitar a adoção das tarifas.

Nos bastidores, interlocutores do governo avaliam que, embora as negociações tenham registrado avanços nos primeiros meses, a posição americana se tor-

Foto: Claudio Neves/Portos do Paraná



nou mais rígida nas últimas semanas.

INVESTIGAÇÃO AMERICANA

As possíveis tarifas decorrem da investigação conduzida pelo USTR com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos Estados Unidos.

O governo americano acusa o Brasil de adotar práticas consideradas prejudiciais aos interesses comerciais dos EUA em áreas como comércio digital, sistema de

pagamentos eletrônicos como o Pix, propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol e questões ambientais, como o combate ao desmatamento ilegal.

O governo brasileiro sustenta que nenhuma dessas alegações justifica a imposição das medidas comerciais.

DECISÃO IMINENTE

O prazo para a conclusão da investigação e o anúncio da decisão terminou na quarta-feira (15), quando o governo dos Estados

Unidos pode divulgar a lista definitiva dos produtos que poderão ser atingidos pelas sobretaxas.

Entre os bens citados nas recomendações preliminares estão aeronaves, produtos agropecuários e insumos industriais.

IMPACTO ESPERADO

Levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que cerca de 4,2 mil produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos poderão ser afetados caso as tarifas sejam confirmadas. Juntos, esses produtos representam aproximadamente US\$ 15 bilhões em exportações brasileiras. Entre os itens potencialmente atingidos estão ferro-gusa, molduras de madeira e álcool etílico.

Enquanto aguarda a decisão americana, o governo brasileiro mantém as negociações diplomáticas e afirma que continuará defendendo uma solução baseada no diálogo, sem abandonar a possibilidade de adotar medidas de resposta caso as sobretaxas sejam efetivamente implementadas. (Agência Brasil)

Trabalho dos estudantes sobre os patrimônios de Curitiba vai virar livro

Estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental de seis escolas municipais de Curitiba têm uma tarefa diferente neste ano: foram convidados a pesquisar sobre os patrimônios da cidade e definir uma forma de representar a escolha da turma em produtos, que serão retratados em livro de autoria coletiva, com previsão de publicação no final deste ano.

A atividade faz parte do projeto financiado pela Lei Federal de Incentivo à Cultura A Cidade da Gente, que já tem livros publicados sobre outras 47 cidades do país.

Com um universo de 188 escolas municipais, um dos critérios de escolha das seis participantes foi estarem localizadas em regiões com alto índice de vulnerabilidade. Em junho, a proposta foi levada às diretoras e professoras, que aceitaram o desafio e incluíram o projeto pedagógico em sala de aula.

As escolas escolhidas foram Érico Veríssimo, Dona Lulu, Dr. Hamilton Calderari Leal, Michel Khury, Jurandyr Baggio Mockell e Nansyr Cecato Cavichiolo.

PAROLIN

No Parolin, a Escola Prof.^a Nansyr Cecato Cavichiolo participa com duas turmas de 5º ano. A tur-

ma do 5º ano A escolheu falar sobre a quadrinha, espaço coletivo conquistado pela comunidade e onde as famílias que vivem no bairro se encontram para praticar esportes, fazer festas e reuniões. Muitos desenhos, poesia e música contam a história da quadrinha do Parolin, localizada no início da Rua Brigadeiro Franco. Uma antiga quadra de areia, que foi cercada, depois ganhou proteção com telas para evitar acidentes e, agora, conta até com grama sintética, motivo de orgulho da coletividade.

Toda turma, de crianças entre 10 e 11 anos, tem histórias sobre a quadrinha e demonstra orgulho desse patrimônio coletivo. É o caso de Yago, que joga bola todos os dias no local e encontra os amigos. O grupo de Heloyse, Ellana, Melissa e Igor criou uma música para falar do ponto de encontro e das festas que acontecem na quadrinha.

“O mais legal de participar desse projeto é mostrar para as pessoas que não são do bairro, que aqui também tem muita coisa boa”, diz orgulhosa a estudante Betina Gonçalves.

Segundo a professora regente, Eloísa Cristina Prestes Vaz, no início do projeto as crianças tinham dificuldade em identificar aspectos positivos do bairro, mas durante a pesquisa pedagógica, foi possível

Foto: Valquir Klu Aureliano/SECOM



valorizar as conquistas coletivas.

“O propósito central é resgatar essa visão de pertencimento e valorização da região em que eles vivem, além de eternizar os nomes de cada um deles nesta obra coletiva”, destacou Eloísa.

FESTIVAL DE PIPAS

A turma do 5º ano B do Nansyr escolheu falar do Festival de Pipas, tradicional e colorido encontro de todo final de semana no Parolin, organizado há aproximadamente 10

anos. Os desenhos coloridos mostram a alegria de quem participa.

Na pesquisa desenvolvida em sala de aula e com as famílias, os estudantes contam as curiosidades que descobriram sobre a pipa: tem mais de dois mil anos, veio da China, existem festivais no mundo todo e são conhecidos também por outros nomes, como raia e papagaio.

“É uma novidade que trouxe muita alegria à turma e os próprios alunos chegaram à conclusão de que o Festival de Pipas é o tema ideal, por ser uma atividade inclusiva. É

interessante notar que o evento foi iniciado por familiares de nossos estudantes, irmãos e tios, que mantêm a tradição até hoje”, conta a professora Claudia Santiago.

PINHEIRINHO

Na região do Pinheirinho, a Escola Prof.^o Jurandyr Baggio Mockell terá retratada a transformação das ruas de seu entorno pela turma da professora Rosiméia Rolim Macedo. No retorno às aulas, no início do ano, os estudantes se surpreenderam com as melhorias executadas durante o período de férias, inclusive com a construção de uma praça, onde antes era uma ocupação.

A professora propôs que a turma trabalhasse com a modalidade de texto de notícia para retratar essa transformação. “Pelas respostas aos questionários que aplicamos, percebemos que eles reconhecem essas transformações, como a melhoria na infraestrutura da rua, e que essa evolução tem impactado positivamente o interesse e a permanência deles no ambiente escolar”, relata Rosiméia.

Muitos alunos se dizem orgulhosos de participar de um livro, principalmente porque seus nomes estarão impressos como autores.

(Prefeitura de Curitiba)



O MELHOR ESTÚDIO DE ALAGOAS

Aqui criamos o seu Podcast do Zero
CONQUISTE SUA AUTORIDADE NO DIGITAL



Entre em contato
82 98113-8668

Medicamentos vencidos: onde descartar e por que não jogar no lixo ou no vaso sanitário

Medicamentos vencidos ou que não serão mais utilizados não devem ser descartados no lixo comum, na pia ou no vaso sanitário. A orientação da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e da Organização Mundial da Saúde (OMS) é que esses produtos sejam entregues em pontos de coleta apropriados, como farmácias, drogarias participantes da logística reversa e unidades de saúde habilitadas. O descarte correto reduz o risco de contaminação do solo e da água e evita acidentes domésticos e intoxicações.

Segundo a Secretaria de Estado da Saúde, os princípios ativos presentes nos medicamentos podem permanecer no ambiente quando descartados de forma inadequada, já que muitos deles não são totalmente eliminados pelos sistemas convencionais de tratamento de esgoto. A OMS também alerta que o gerenciamento adequado dos resíduos de medicamentos é uma medida importante para a proteção da saúde pública e do meio ambiente.

ONDE DESCARTAR

Medicamentos vencidos, sobras de tratamentos e produtos em desuso podem ser entregues em:

- farmácias e drogarias que participam do sistema de logística reversa;
- Unidades Básicas de Saúde (UBSs) que recebem esse tipo de resíduo;
- outros pontos de coleta habilitados pelos municípios.

Antes de levar o medicamento para descarte, a recomendação é mantê-lo na embalagem original sempre que possível, facilitando sua identificação. Caixas de papelão e bulas podem ser descartadas separadamente conforme a orientação da coleta seletiva do município.

O QUE NÃO DEVE SER FEITO

Especialistas orientam que medicamentos não sejam descartados:

- no lixo comum;
- na pia;
- no vaso sanitário;
- em terrenos ou áreas abertas.

Foto: Divulgação/Governo de São Paulo



O gerenciamento adequado dos resíduos de medicamentos é uma medida importante para a proteção da saúde pública e do meio ambiente

Quando isso ocorre, substâncias químicas podem atingir o solo, rios, reservatórios e lençóis freáticos, além de oferecer risco para animais e pessoas que tenham contato com esses resíduos.

O QUE PODE SER DESCARTADO

Os pontos de coleta recebem diferentes tipos de medicamentos de uso domiciliar, como:

- comprimidos e cápsulas;
- xaropes;
- pomadas e cremes;
- frascos com medicamentos líquidos;
- cartelas (blisters);
- medicamentos controlados vencidos ou em desuso.

Em alguns casos, seringas, agulhas e outros materiais perfurocortantes possuem fluxo específico de descarte. A orientação é consultar previamente a unidade de saúde antes de levá-los.

O QUE ACONTECE APÓS A COLETA

Após serem entregues nos pontos de recebimento, os medicamentos são separados e armazenados conforme as normas sanitárias. Em seguida, são recolhidos por empresas especializadas e encaminhados para tratamento e destinação final ambientalmente adequada, conforme a legislação vigente. Esse processo faz parte do sistema de logística reversa de medicamentos implementado no país.

CUIDADOS PARA EVITAR O DESPERDÍCIO

Além do descarte correto, a Secretaria da Saúde recomenda alguns cuidados para reduzir o acúmulo de medicamentos em casa:

- verificar periodicamente a data de validade;
- armazenar os medicamentos em local seco, protegido da luz e fora do alcance de crianças;
- utilizar os medicamentos apenas com orientação de um profissional de saúde;
- evitar interromper tratamentos por conta própria;
- não compartilhar medicamentos com outras pessoas.

(Agência de SP)

Túnel Santos–Guarujá: projeto cumpre etapa contratual

A Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo (SPI) formalizou o Termo de Transferência Inicial do Sistema de Interligação Santos–Guarujá, procedimento previsto no contrato e no cronograma do empreendimento.

Desde a assinatura do contrato, em janeiro deste ano, a TSG Concessionária atua na elaboração dos projetos e na realização dos estudos necessários à implantação do túnel. Com a formalização do termo, a empresa passa a responder pelas áreas e atividades previstas contratualmente para a construção, a operação, a manutenção e a realização dos investimentos no sistema.



Foto: Agência SP

Conforme o cronograma do projeto, 2026 será dedicado à elaboração dos projetos funcional e executivo, aos estudos complementares, às tratativas relacionadas às áreas necessárias e aos licenciamentos ambientais.

Para 2027, estão previstas a implantação dos canteiros, a construção da doca seca e as dragagens preliminares. A fabricação dos elementos pré-moldados do túnel está prevista para 2028, seguida pela imersão e montagem das estruturas em 2029. Os acabamentos, a instalação dos sis-

temas e os testes operacionais estão programados para 2030, com operação prevista para 2031.

O projeto prevê uma ligação de aproximadamente 1,5 quilômetro entre Santos e Guarujá, com cerca de 870 metros em trecho imerso sob o canal portuário. A estrutura terá três faixas por sentido, sendo uma adaptável ao Veículo Leve sobre Trilhos, além de passagem para pedestres e ciclistas e galeria de serviços.

O investimento estimado é de R\$ 6,8 bilhões. O contrato contempla também os acessos viários, os sistemas operacionais e a manutenção da ligação durante o período da concessão.

(Agência de SP)

NEMA
a sua padaria artesanal em Curitiba
@nemapadaria

av. república argentina, 1350 • água verde
todos os dias de 7h às 21h

peça pelo ifood

Nenhuma história é igual...

Dalla Martha
A proteção também não deveria ser.

Dalla Martha trabalha com soluções personalizadas para proteger aquilo que realmente faz sentido para você, seja seu carro, sua casa, sua empresa, sua família ou sua viagem.

www.dallamarthaseguros.com.br

Faça sua cotação:
(41) 9 9569-0022

Brasil
contabilidade

POTENCIALIZE O SUCESSO DO SEU NEGÓCIO COM A BRASIL CONTABILIDADE

Entre em contato conosco, estamos prontos para te auxiliar e ajudar sua empresa.

(41) 98461-0941 | https://brasilcont.com.br/ | brasil_contabilidade

Avenida Marechal Floriano Peixoto, 3006, Parolin - Curitiba/PR

ANDORINHA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
DECLARAÇÃO DE EXTRAVIO DE LIVROS SOCIETÁRIOS

ANDORINHA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 17.613.512/0001-26, atualmente registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35300868456, anteriormente registrada perante a Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o NIRE 41300085838, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, DECLARA, para os devidos fins, que:

1. Durante o período em que sua sede esteve localizada no Estado do Paraná, foram regularmente autenticados perante a JUCEPAR os seguintes livros societários:
 - Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração - Volume 1, Autenticação nº 131372262; e
 - Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração - Volume 2, Autenticação nº 180531034.
2. Após a transferência da sede da Companhia para o Estado de São Paulo, verificou-se o extravio dos referidos livros, os quais não foram localizados, apesar das diligências realizadas junto aos arquivos físicos da Companhia.
3. Em razão do extravio, tornou-se necessária a reconstituição da escrituração constante dos referidos livros, com a finalidade de preservar a sequência histórica dos registros societários da Companhia.
4. Para fins de regularização da escrituração societária, a Companhia promoverá perante a Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR, responsável pela autenticação originária dos livros, o procedimento de substituição dos livros empresariais extraviados, mediante apresentação de livros substitutivos contendo a reconstituição integral das atas das Reuniões do Conselho de Administração referentes ao período compreendido entre 27 de novembro de 2012 e 28 de fevereiro de 2019.

A Companhia esclarece, ainda, que atualmente não possui Conselho de Administração instalado, sendo o procedimento de substituição dos livros realizado exclusivamente para fins de reconstituição, preservação do histórico documental e regularização da escrituração societária relativa ao período em que referido órgão esteve em funcionamento. Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza os efeitos legais cabíveis.

São Paulo (SP), 10 de julho de 2026.
ANDORINHA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha e Mian Wu

CGN BRASIL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 48.563.988/0001-23 - NIRE nº 35300670680

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2026
DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada em 20 de abril de 2026, às 07h30, na sede da CGN BRASIL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no endereço Avenida Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Edifício Rochaverá Corporate Towers, Torre Crystal, CEP 04794-000 ("Companhia"). **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do §4º do art. 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades Anônimas"). **MESA:** Presidente: Ricardo Rossini Daelli, Secretário: Li Li. **ORDEM DO DIA:** (I) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (II) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (III) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal. **DELIBERAÇÕES:** Inicialmente, a única acionista da Companhia aprova a lavratura da ata desta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão de sua assinatura, nos termos do artigo 130 e seus parágrafos da Lei das S.A. Ato contínuo, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista da Companhia deliberou, sem ressalvas, o quanto segue: (I) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerra do em 31 de dezembro de 2025, os quais foram publicados em 17 de abril de 2026, nas páginas 8, 9 e 10 da edição digital certificada de publicações legais do periódico Jornal Polo Brasil, bem como na edição impressa do referido periódico; (II) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de **R\$ 18.120.793,67 (dezoito milhões, cento e vinte mil, setecentos e noventa e três reais e sessenta e sete centavos)**, conforme proposta da Administração da Companhia, com a seguinte destinação:

- (a) R\$ 906.039,68 (novecentos e seis mil, trinta e nove reais e sessenta e oito centavos), destinados à constituição da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício;
- (b) R\$ 4.303.688,50 (quatro milhões, trezentos e três mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), destinados ao pagamento de dividendos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, distribuídos ao acionista da Companhia; e
- (c) R\$ 12.911.065,49 (doze milhões, novecentos e onze mil, sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), destinados à conta de reserva de lucros da Companhia.

(III) Deliberar por não instalar Conselho Fiscal para o presente exercício social. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. Assinaturas: Mesa: Presidente: Ricardo Rossini Daelli; Secretário: Li Li; Acionista: CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha e Pan Zhao. *Certifico que a presente ata é cópia fiel transcrita em livro próprio.*
São Paulo, 20 de abril de 2026.

Mesa:
RICARDO ROSSINI DAELLI
Presidente
LI LI
Secretária da Assembleia
Acionista:
CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA
Diretor
Pan Zhao
Diretor
Arquivado na JUCESP, sob o protocolo nr. 2.134.705/26-7, em 05/05/2026 e selo 184.745/26-3, por Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

COMPLEXO MORRINHOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ/MF Nº 20.829.557/0001-47 - NIRE 35300669738

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2026.
DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada em 13 de abril de 2026, às 14h00, na sede social da Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, Salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Corporate Towers, Edifício Rochaverá, Torre Crystal, CEP 04794-000. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, com base no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), face à presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme registros e assinaturas lançados no Livro de Presença dos Acionistas. **Mesa:** Presidente: Mian Wu; Secretário: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha. **Ordem do Dia:** (I) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (II) Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (III) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal para o presente exercício social. **Deliberações:** Inicialmente, a única acionista da Companhia aprova a lavratura da ata desta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão de sua assinatura, nos termos do artigo 130 e seus parágrafos da Lei das S.A. Ato contínuo, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista da Companhia deliberou, sem ressalvas, o quanto segue: (I) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os quais foram publicados em 10 de abril de 2026, nas páginas 69, 70, 71 e 72 da edição digital certificada de publicações legais do periódico Jornal Polo Brasil, bem como na edição impressa do referido periódico; (II) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de **R\$ 70.345.931,12 (setenta milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e um reais e doze centavos)**, conforme proposta da Administração da Companhia, com a seguinte destinação:

- (a) R\$ 3.517.296,56 (três milhões, quinhentos e dezessete mil, duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos), destinados à constituição da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício;
- (b) R\$ 16.707.158,64 (dezesseis milhões, setecentos e sete mil, cento e cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), destinados ao pagamento de dividendos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, distribuídos ao acionista da Companhia; e
- (c) R\$ 50.121.475,92 (cinquenta milhões, cento e vinte e um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos), destinados à conta de reserva de lucros da Companhia.

(III) Deliberar por não instalar Conselho Fiscal para o presente exercício social. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. **Assinaturas:** Presidente da mesa: Mian Wu; Secretária da mesa: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha; Acionista: ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., por Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha e Bin Ma, Diretores. *Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro Registro de Atas de Assembleia Geral da Companhia.*
São Paulo, 13 de abril de 2026.

Mesa:
Mian Wu
Presidente da Assembleia
SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA
Secretária da Assembleia
Acionista:
ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
BIN MA
Diretor
SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA
Diretor
Arquivado na JUCESP, sob o protocolo 2.067.434/26-3, registrado em 22/04/2026 e selo nr. 186.650/26-7 por Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 31.973.393/0001-43 - NIRE nº 35300533593

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2026
DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada em 24 de abril de 2026, às 07:30, na sede da CGN Brasil Energia e Participações S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no endereço Avenida Nações Unidas, nº 14171, 18º andar, salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Edifício Rochaverá Corporate Towers, Torre Crystal, CEP 04794-000 ("Companhia"). **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do §4º do art. 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades Anônimas"). **MESA:** Presidente: Sr. Wen Zhao, Secretário: Peng Shen. **ORDEM DO DIA:** (I) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (II) Tomar conhecimento e ratificar os dividendos intermediários declarados ao longo do exercício social de 2025, com base em balanços intermediários; (III) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo a distribuição de dividendos; (IV) aprovar o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da companhia para o ano de 2026; (V) aprovar a proposta de relatório de trabalho do Conselho de Administração da Companhia em 2025; (VI) aprovar o Budget da Companhia para o ano de 2026; (VII) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal. **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas presentes à Assembleia, por unanimidade, deliberaram autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, bem como a sua publicação com omissão da assinatura do acionista presente, nos termos do art. 130 e seus §§ da Lei nº 6.404/76. (I) Aprovar, por unanimidade, e sem ressalvas, depois de examinados e discutidos, o relatório anual e as contas da Administração, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes, o qual foi publicado no dia 17 de abril de 2026, nas páginas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7. Edição Digital Certificada, do periódico denominado "Jornal Polo Brasil". (II) Os acionistas tomam conhecimento dos dividendos intermediários declarados ao longo do exercício social de 2025, com base em balanços intermediários levantados pela Companhia, nos termos do artigo 204 da Lei nº 6.404/76, conforme deliberações ocorridas em 12 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2025. Considerando as referidas deliberações e as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, ora aprovadas, os acionistas, por unanimidade, ratificam os dividendos intermediários declarados, consignando que tais valores serão imputados ao dividendo obrigatório do exercício, nos termos do lucro líquido apurado nas referidas demonstrações financeiras. (III) Aprovar, por unanimidade, a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 proposta pela administração da Companhia. O valor total do Lucro Líquido do exercício foi de **R\$ 318.694.141,17 (trezentos e dezoito milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, cento e quarenta e um reais e dezessete centavos)**, que foi distribuído da seguinte forma: R\$ 15.934.707,06 (quinze milhões, novecentos e trinta e quatro mil, setecentos e sete reais e seis centavos) para constituição de reserva legal (conforme determina o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações); R\$ 302.759.434,11 (trezentos e dois milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e onze centavos) integralmente destinado à distribuição de dividendos aos acionistas, correspondentes aos dividendos intermediários declarados ao longo do exercício social, conforme ratificados no item (II) acima, com base em balanços intermediários levantados pela Companhia, conforme segue:

- (a) R\$ 195.824.801,98 (cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, oitocentos e um reais e noventa e oito centavos) para a CGN Energy UK One Limited;
- (b) R\$ 31.244.773,60 (trinta e um milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta centavos) para a CGN Energy UK Two Limited; e
- (c) R\$ 75.689.858,53 (setenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e três centavos) para Cattleya Investment PTE. LTD.

(IV) Fixar, por unanimidade, o montante máximo e global da remuneração anual dos administradores da Companhia, referente ao exercício social de 2026 em até R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). (V) Aprovar a proposta de relatório de trabalho do Conselho de Administração da Companhia referente ao ano de 2025, o qual foi revisado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de abril de 2025, contendo as seguintes matérias:

- Desenvolvimento de Negócios em 2025;
- Construção e funcionamento do Conselho de Administração em 2025;
- Problemas e sugestões;
- Plano de trabalho para o Conselho de Administração para o ano de 2026.

(VI) Aprovar o Budget da Companhia para o ano de 2026, conforme planilha apresentada na Reunião do Conselho realizada em 08 de abril de 2025. (VII) Não instalar Conselho Fiscal para o presente exercício social. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. **ASSINATURAS:** Mesa: Presidente: Wen Zhao; Secretário: Peng Shen; Acionistas: CGN ENERGY UK ONE LIMITED, CGN ENERGY UK TWO LIMITED, e CATTLEYA INVESTMENT PTE. LTD. *Certifico que a presente ata é cópia fiel transcrita em livro próprio.*
São Paulo, 24 de abril de 2026.

Mesa:
WEN ZHAO
Presidente
PENG SHEN
Secretária da Assembleia
Acionista:
CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA
Diretor
Pan Zhao
Diretor
Arquivado na JUCESP, sob o protocolo nr. 2.105.421/26-0 em 28/04/2026 e selo 186.940/26-9, por Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ/MF Nº 11.489.312/0001-27 - NIRE 35300669452

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2026.
Data, Horário e Local: Realizada em 13 de abril de 2026, às 08h00, na sede social da Atlantic Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, Salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Corporate Towers, Edifício Rochaverá, Torre Crystal, CEP 04794-000. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, com base no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), face à presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme registros e assinaturas lançados no Livro de Presença dos Acionistas. **Mesa:** Presidente: Bin Ma; Secretário: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha. **Ordem do Dia:** (I) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (II) Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (III) Deliberar sobre a distribuição de dividendos adicionais; e (IV) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal para o presente exercício social. **Deliberações:** Inicialmente, a única acionista da Companhia aprova a lavratura da ata desta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão de sua assinatura, nos termos do artigo 130 e seus parágrafos da Lei das S.A. Ato contínuo, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista da Companhia deliberou, sem ressalvas, o quanto segue: (I) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os quais foram publicados em 10 de abril de 2026, nas páginas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da edição digital certificada de publicações legais do periódico Jornal Polo Brasil, bem como na edição impressa do referido periódico; (II) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de **R\$ 213.568.461,60 (duzentos e treze milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos)**, conforme proposta da Administração da Companhia, com a seguinte destinação:

- (a) R\$ 75.341.330,20 (setenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e um mil, trezentos e trinta reais e vinte centavos), destinados à absorção dos prejuízos acumulados;
- (b) R\$ 6.911.356,57 (seis milhões, novecentos e onze mil, trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e sete centavos), destinados à constituição da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro remanescente;
- (c) R\$ 32.828.943,71 (trinta e dois milhões, oitocentos e vinte e oito mil, novecentos e quarenta e três reais e setenta e um centavos), destinados ao pagamento de dividendos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, distribuídos ao acionista da Companhia; e
- (d) R\$ 98.486.831,12 (noventa e oito milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e trinta e um reais e doze centavos), destinados à conta de reserva de lucros da Companhia.

(III) Aprovar que o montante de R\$ 98.486.831,12 (noventa e oito milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e trinta e um reais e doze centavos), destinado à conta de reserva de lucros da Companhia nos termos da alínea (d) do item (II) acima, seja integralmente utilizado para a distribuição de dividendos adicionais aos acionistas da Companhia, os quais, somados aos dividendos obrigatórios aprovados na alínea (c) do item (II), totalizam o montante de R\$ 131.315.774,83 (cento e trinta e um milhões, trezentos e quinze mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta e três centavos) de dividendos a serem distribuídos. (IV) Deliberar por não instalar Conselho Fiscal para o presente exercício social. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. **Assinaturas:** Presidente da mesa: Bin Ma; Secretária da mesa: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha; Acionista: CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., por Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha e Wen Zhao, Diretores. *Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro Registro de Atas de Assembleia Geral da Companhia.*
São Paulo, 13 de abril de 2026.

Mesa:
BIN MA
Presidente da Assembleia
SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA
Secretária da Assembleia
Acionista:
CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
WEN ZHAO
Diretor
SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA
Diretor
Arquivado na JUCESP, sob o protocolo nr. 2.084.290/26-0, em 23/04/2026 e selo 186.734/26-8, por Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

SÃO PAULO

Veja como mulheres vítimas de violência podem ter acesso ao auxílio-aluguel em SP

A dependência financeira é um dos principais fatores que dificulta o rompimento de ciclos de violência doméstica. Voltado a mulheres em situação de vulnerabilidade, o Auxílio-Aluguel para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica ajuda a custear os gastos de moradia temporária para aquelas que sofreram abusos e precisam deixar seus lares.

O auxílio de R\$ 500 é concedido pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS) inicialmente por seis meses e pode ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante avaliação técnica. A medida busca oferecer condições para que as beneficiárias reconstituam suas vidas com mais segurança e autonomia.

QUEM PODE RECEBER

Para ter acesso à ajuda financeira, é necessário preencher os seguintes requisitos:

- Residir no estado de São Paulo
- Possuir medida protetiva de urgência com base na Lei Maria da Penha
- Comprovar situação de vulnerabilidade social
- Ter renda familiar, antes da separação, de até dois salários mínimos

COMO SOLICITAR

O pedido deve ser feito diretamente nos serviços de assistência social do município de residência da vítima, como o Cras (Centros de Referência de Assistência Social), Creas (Centros de Referência Especializados de Assistência Social), bem como o Cram (Centros de Referência de Atendimento à Mulher). Nas cidades que ainda não oferecem atendimento direto para o auxílio-aluguel, a solicitação pode ser feita pelo e-mail: auxiliomulher. zsedsp@sp.gov.br.

Em ambos os casos, é necessário apresentar:

- RG ou CNH
 - Comprovante de renda (renda familiar anterior à separação de dois salários mínimos)
 - Cópia da medida protetiva
 - Ter domicílio no estado de São Paulo
 - Documento emitido por um dos seguintes órgãos: Ministério Público, Defensoria Pública ou rede de Assistência Social
- Após a análise da documentação, o valor é depositado em uma conta Poupança Social aberta no Banco do Brasil. As mulheres que forem cadastradas até o dia 30 de cada mês receberão o benefício até o dia 10 do mês seguinte.

Além do auxílio financeiro, as beneficiárias são encaminhadas para outros serviços da rede de proteção e de acolhimento psicossocial.

Atualmente, 593 municípios do estado de São Paulo já aderiram ao programa. A lista completa das cidades participantes pode ser conferida no portal oficial da Secretaria de Desenvolvimento Social.

A essência da Perícia Grafotécnica

Por Fernando Raasch (*)

A escrita manuscrita constitui uma manifestação motora altamente complexa, resultante da integração entre processos neurológicos, cognitivos, sensoriais e musculares. Embora seja frequentemente percebida como um ato simples e cotidiano, sua execução envolve mecanismos sofisticados de planejamento, coordenação e controle motor, organizados pelo sistema nervoso central e exteriorizados por meio da atuação sincronizada de músculos, arti-

culações e segmentos corporais, especialmente do punho e do antebraço.

No ato gráfico, o indivíduo não apenas reproduz formas convencionadas de letras, números ou sinais. Ele executa um conjunto de movimentos previamente aprendidos, automatizados e individualizados ao longo do tempo, os quais refletem sua experiência escritural, seu condicionamento motor, seu ritmo de execução e sua forma particular



de comandar o instrumento escritor. Assim, ao segurar uma caneta e realizar traçados sobre uma superfície, o escritor mobiliza uma sequência dinâmica de atos motores que

compreende o ataque inicial do traço, o desenvolvimento do percurso gráfico, as variações de pressão, velocidade, direção, inclinação, interligações entre caracteres e remate de traço.

É nesse contexto que se insere o conceito de “gênese gráfica”, entendido como o modo pelo qual o grafismo se forma desde sua origem motora até sua expressão final no suporte. A análise da gênese gráfica não se limita à aparência externa das letras ou à semelhança visual entre assinaturas e escritos. Ao contrário, concentra-se nos elementos estrutu-

rais e dinâmicos do gesto gráfico, muitos deles menos perceptíveis a uma observação superficial, mas decisivos para a identificação da autoria. Entre esses elementos, destacam-se o ponto de ataque do instrumento escritor, a pressão exercida durante o traçado, a velocidade escritural, o ritmo gráfico, as pausas, as hesitações, as retomadas, as sobreposições, as inversões de sentido, os levantamentos de caneta, as proporções internas, os enlases, os espaçamentos, as inclinações e os remates.

Na perícia grafotécnica, tais características assumem relevância porque decorrem de automatismos gráficos consolidados pelo hábito escritural. Cada punho escritor desenvolve padrões próprios de execução, os quais tendem a se repetir de maneira natural, ainda que possam sofrer variações decorrentes de fatores circunstanciais, como pressão, suporte inadequado, instrumento escritor diferente, posição corporal, idade, fadiga, enfermidades ou estado emocional. Essas variações, contudo, não eliminam a estrutura fundamental do gesto gráfico, razão pela qual o exame técnico busca distinguir alterações naturais de divergências incompatíveis com a autoria atribuída.

Por esse motivo, o confronto grafotécnico deve considerar a escrita em sua dimensão dinâmica, e não apenas em sua configuração morfológica. Assinaturas que apresentem diferenças formais podem, ainda assim, revelar convergências significativas quanto à gênese gráfica, autorizando a conclusão de que foram produzidos pelo mesmo punho escritor. Em sentido oposto, grafismos aparentemente semelhantes podem evidenciar divergências essenciais na construção dos traços, no ritmo, na pressão, nos ataques, nas ligações e nas finalizações, indicando origem escritural diversa e, portanto, falsidade gráfica.

Dessa forma, a gênese gráfica constitui um dos fundamentos essenciais da perícia grafotécnica, pois permite ao expert avaliar a autenticidade ou a falsidade de um escrito com base em critérios técnicos, comparativos e individualizadores. Seu estudo reforça o princípio segundo o qual o grafismo, por resultar de automatismos neuromusculares próprios de cada indivíduo, apresenta características pessoais relativamente estáveis e dificilmente reproduzíveis por terceiros com plena fidelidade. Assim, a conclusão pericial deve apoiar-se na análise conjunta dos elementos gráficos convergentes e divergentes, sempre observando sua qualidade, quantidade, relevância e compatibilidade com o comportamento escritural examinado.



(*) Fernando Raasch
Perito Grafotécnico
R2 Perícias Ltda.

Publicidade Legal

COMPLEXO TANQUE NOVO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 35.481.793/0001-92 - NIRE 35300669045

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2026.

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada em 06 de abril de 2026, às 08h00, na sede social do Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, Salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Corporate Towers, Edifício Rochavérá, Torre Crystal, CEP 04794-000. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, com base no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”), face à presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme registros e assinaturas lançados no Livro de Presença dos Acionistas. **Mesa:** Presidente: Yu Guan; Secretário: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha. **Ordem do Dia:** (I) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (II) Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (III) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal para o presente exercício social. **Deliberações:** Inicialmente, a única acionista da Companhia aprova a lavratura da ata desta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão de sua assinatura, nos termos do artigo 130 e seus parágrafos da Lei das S.A. Ato contínuo, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista da Companhia deliberou, sem ressalvas, o quanto segue: (I) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os quais foram publicados em 02 de abril de 2026, nas páginas 1, 2 e 3 da edição digital certificada de publicações legais do periódico Jornal Polo Brasil, bem como na edição impressa do referido periódico, com circulação no período de 2 a 6 de abril de 2026; (II) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de **R\$ 45.763.396,57 (quarenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e três mil, trezentos e noventa e seis reais e cinquenta e sete centavos)**, conforme proposta da Administração da Companhia, com a seguinte destinação:

(a) R\$ 21.155.786,87 (vinte e um milhões, cento e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e seis reais e oitenta e sete centavos), destinados à absorção dos prejuízos acumulados; (b) R\$ 1.230.380,49 (um milhão, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta reais e quarenta e nove centavos), destinados à constituição da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro remanescente; (c) R\$ 5.844.307,30 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e sete reais e trinta centavos), destinados ao pagamento de dividendos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, distribuídos ao acionista da Companhia; e (d) R\$ 17.532.921,91 (dezenove milhões, quinhentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e um reais e noventa e um centavos), destinados à conta de reserva de lucros da Companhia.

(III) Deliberar por não instalar Conselho Fiscal para o presente exercício social. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. **Assinaturas:** Presidente da mesa: Yu Guan; Secretária da mesa: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha; Acionista: ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., por Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha e Bin Ma, Diretores. *Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro Registro de Atas de Assembleia Geral da Companhia.*

São Paulo, 06 de abril de 2026.

Mesa: YU GUAN, Presidente da Assembleia; SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA, Secretária da Assembleia.

Acionista: ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.; BIN MA, Diretor; SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA, Diretor.

Arquivado na JUCESP, sob o protocolo 0.977.158/26-3, registrado em 08/04/2026 e selo nr. 154.109/26-5 por Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CGN FUSION ENERGY SERVICE S.A.

CNPJ/MF nº 61.434.228/0001-84 - NIRE nº 35300667727

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2026

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada em 16 de maio de 2026, às 14:30, na sede da CGN FUSION ENERGY SERVICE S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no endereço Avenida Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Edifício Rochavérá Corporate Towers, Torre Crystal, CEP 04794-000 (“Companhia”). **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação dispensada em razão da presença da única acionista da Companhia representando a totalidade do capital social, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades Anônimas”). **MESA:** Presidente: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha, Secretário: Mingzhu Li. **ORDEN DO DIA:** (I) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social iniciado em 05 de junho de 2025 (data de constituição da Companhia) e encerrado em 31 de dezembro de 2025; (II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (III) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal. **DELIBERAÇÕES:** Inicialmente, a única acionista da Companhia aprova a lavratura da ata desta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, nos termos do artigo 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/1976. A acionista consigna a realização, em 20 de abril de 2026, de assembleia geral ordinária da Companhia para deliberar sobre as matérias da ordem do dia acima e, em razão da posterior publicação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, ratifica, sem alteração de mérito, as deliberações então tomadas, formalizando-as na presente ata para fins de arquivamento perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP. Ato contínuo, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista da Companhia deliberou, sem ressalvas, o quanto segue: (I) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social iniciado em 05 de junho de 2025 (data de constituição da Companhia) e encerrado em 31 de dezembro de 2025, sendo que as Demonstrações Financeiras não foram submetidas à auditoria independente por opção da Companhia, nos termos do §6º do art. 177 da Lei nº 6.404/1976, tendo sido publicadas em 15 de maio de 2026, na página 5 da edição digital certificada de publicações legais do periódico Jornal Polo Brasil, bem como na edição impressa do referido periódico; (II) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de **R\$ 101.913,93 (cento e um mil, novecentos e treze reais e noventa e três centavos)**, conforme proposta da Administração da Companhia, com a seguinte destinação:

(a) R\$ 5.095,70 (cinco mil, noventa e cinco reais e setenta centavos), destinados à constituição da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício; (b) R\$ 24.204,56 (vinte e quatro mil, duzentos e quatro reais e cinquenta e seis centavos), destinados ao pagamento de dividendos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, distribuídos à acionista da Companhia; e (c) R\$ 72.613,68 (setenta e dois mil, seiscentos e treze reais e sessenta e oito centavos), destinados à conta de reserva de lucros da Companhia.

(III) Deliberar por não instalar Conselho Fiscal para o presente exercício social. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha; Secretário: Mingzhu Li; Acionista: CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha e Pan Zhao. *Certifico que a presente ata é cópia fiel transcrita em livro próprio.*

São Paulo, 16 de maio de 2026.

Mesa: SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA, Presidente; MINGZHU LI, Secretária da Assembleia.

Acionista: CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.; SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA, Diretor; Pan Zhao, Diretor.

Arquivado na JUCESP, sob o protocolo nr. 2.280.999/26-2, em 22/05/2026 e selo 209.641/26-5, por Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

SANTA VITÓRIA DO PALMAR ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 18.156.217/0001-50 - NIRE 35300669673

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2026.

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada em 13 de abril de 2026, às 08h00, na sede social da Santa Vitória Do Palmar Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, Salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Corporate Towers, Edifício Rochavérá, Torre Crystal, CEP 04794-000. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, com base no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”), face à presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme registros e assinaturas lançados no Livro de Presença dos Acionistas. **Mesa:** Presidente: Qiang Liu; Secretário: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha. **Ordem do Dia:** (I) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (II) Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (III) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal para o presente exercício social. **Deliberações:** Inicialmente, a única acionista da Companhia aprova a lavratura da ata desta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão de sua assinatura, nos termos do artigo 130 e seus parágrafos da Lei das S.A. Ato contínuo, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista da Companhia deliberou, sem ressalvas, o quanto segue: (I) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os quais foram publicados em 10 de abril de 2026, nas páginas 7, 8, 9, 10 e 11 da edição digital certificada de publicações legais do periódico Jornal Polo Brasil, bem como na edição impressa do referido periódico; (II) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de **R\$ 16.941.004,48 (dezesseis milhões, novecentos e quarenta e um mil, quatro reais e quarenta e oito centavos)**, conforme proposta da Administração da Companhia, para absorção integral dos prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, não havendo, em razão disso, distribuição de dividendos e demais proventos aos acionistas. (III) Deliberar por não instalar Conselho Fiscal para o presente exercício social. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. **Assinaturas:** Presidente da mesa: Qiang Liu; Secretária da mesa: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha; Acionista: ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., por Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha e Bin Ma, Diretores. *Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro Registro de Atas de Assembleia Geral da Companhia.*

São Paulo, 13 de abril de 2026.

Mesa: QIANG LIU, Presidente da Assembleia; SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA, Secretária da Assembleia.

Acionista: ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.; BIN MA, Diretor; SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA, Diretor.

Arquivado na JUCESP, sob o protocolo 2.035.594/26-1, registrado em 22/04/2026 e selo nr. 178.154/26-0 por Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

COMPLEXO LAGOA DO BARRO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 13.365.015/0001-03 - NIRE 223.000.165.47

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2026.

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada em 13 de abril de 2026, às 08h00, na sede social do Complexo Lagoa Do Barro Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade de Lagoa do Barro do Piauí, Estado do Piauí, situada na Fazenda Lagoa Vermelha, Data São Julião, S/N, Zona Rural, CEP 64768-000. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, com base no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”), face à presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme registros e assinaturas lançados no Livro de Presença dos Acionistas. **Mesa:** Presidente: Yu Guan; Secretário: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha. **Ordem do Dia:** (I) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (II) Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (III) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal para o presente exercício social. **Deliberações:** Inicialmente, a única acionista da Companhia aprova a lavratura da ata desta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão de sua assinatura, nos termos do artigo 130 e seus parágrafos da Lei das S.A. Ato contínuo, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista da Companhia deliberou, sem ressalvas, o quanto segue: (I) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os quais foram publicados em 10 de abril de 2026, nas páginas 91, 92, 93 e 94 da edição digital certificada de publicações legais do periódico Jornal Polo Brasil, bem como na edição impressa do referido periódico; (II) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 53.418.081,30 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e dezoito mil, oitenta e um reais e trinta centavos), conforme proposta da Administração da Companhia, para absorção integral dos prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, não havendo, em razão disso, distribuição de dividendos e demais proventos aos acionistas. (III) Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários para cumprir as deliberações tomadas acima. **Encerramento:** Deliberar por não instalar Conselho Fiscal para o presente exercício social. **Assinaturas:** Presidente da mesa: Yu Guan; Secretária da mesa: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha; Acionista: ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., por Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha e Bin Ma, Diretores. *Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro Registro de Atas de Assembleia Geral da Companhia.*

Piauí, 13 de abril de 2026.

Mesa: YU GUAN, Presidente da Assembleia; SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA, Secretária da Assembleia.

Acionista: ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.; BIN MA, Diretor; SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA, Diretor.

Arquivado na JUCEPI, sob o número 20260286109, registrado em 15/04/2026 por MARIA GELZUITA DE SOUSA LEANDRO MELO - Secretária Geral.



O **Jornal Polo Brasil**, em parceria com a Brasil Contabilidade, apresentará uma série especial em 10 capítulos com o objetivo de detalhar a Lei Complementar 214/2025 e o PLP 108, que regulamentam as novas normas de tributação no país.

A partir de 2026, os atuais tributos PIS, Co-fins, IPI, ICMS e ISS serão substituídos pelo

IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), conforme previsto na Reforma Tributária aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/2023. A série trará exemplos práticos e explicações claras para auxiliar empresários, contadores e contribuintes a se prepararem para essa importante transição.

Reforma Tributária - Capítulo 3

PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE

A legislação adota o princípio da neutralidade tributária, o que significa que os novos tributos (IBS e CBS):

Não devem influenciar ou distorcer as decisões de consumo (por exemplo, comprar produto A ou B, nacional ou importado);

Não devem interferir na estrutura das empresas (por exemplo, terceirizar ou internalizar atividades, escolher entre regimes de sociedade, ou alocar filiais em estados diferentes).

Exemplo prático:

Uma empresa de tecnologia que vende softwares (bem intangível) não será incentivada a alterar seu modelo de licenciamento para prestação de serviço apenas para pagar menos imposto, como ocorria sob o regime antigo. O IBS e a CBS são neutros quanto ao formato do negócio.

INCIDÊNCIA SOBRE BENS E SERVIÇOS



O IBS e a CBS incidem sobre:

- Bens móveis, como mercadorias vendidas no varejo;
- Bens intangíveis, como softwares, licenças, patentes, etc.;
- Serviços em geral, como transporte, alimentação, consultorias, plataformas digitais, entre outros.

O sistema não diferencia bens e serviços na hora da tributação - ambos estão sujeitos aos mesmos princípios e regras de incidência.

Exemplo prático:

- Uma loja de roupas (bens móveis) vende uma peça por R\$ 200: haverá incidência de IBS e CBS.
- Uma empresa de marketing digital presta serviço por R\$ 500: haverá incidência de IBS e CBS.
- Uma empresa vende uma assinatura anual de sof-



ware por R\$ 1.200 (bem intangível): também haverá IBS e CBS

FATO GERADOR



O fato gerador da cobrança do IBS e da CBS é definido como:

“Pagamento ou entrega do bem/serviço, o que ocorrer primeiro.”

Essa regra foi pensada para evitar divergências e manipulações de data, trazendo mais segurança jurídica.

Exemplo prático:

- Uma empresa vende um curso online (serviço) em 1º de junho, mas só recebe o pagamento em 10 de julho:
- O fato gerador ocorreu em 1º de junho, data da disponibilização (entrega) do serviço.
- Um restaurante vende um almoço com pagamento antecipado (por aplicativo) no dia 5, mas a entrega ocorre no dia 7:
- O fato gerador ocorre em 5, pois foi quando o pagamento foi feito



Deseja ficar por dentro das novidades contábeis? Acesse nosso canal escaneando o QR Code acima!

Uma geração sem patrimônio é uma geração sem liberdade!

Por Álvaro Costa - Advogado e comentarista político

O país que impede seus cidadãos de prosperar compromete o próprio futuro.

A afirmação de que a nova geração terá cada vez mais dificuldade para comprar uma casa, adquirir um carro ou construir patrimônio não deve ser tratada como uma simples mudança de comportamento. Trata-se de um sintoma grave do momento econômico e político vivido pelo Brasil. Essa é a perspectiva apontada pelo IBGE.

Quando uma sociedade chega ao ponto de seus jovens acreditarem que jamais terão uma casa própria, um carro ou qualquer patrimônio, o problema deixou de ser apenas econômico. Tornou-se político. É que durante décadas, a ideia de progresso esteve associada a objetivos concretos: conquistar a casa própria, comprar um veículo, formar reservas, abrir um negócio e deixar algum patrimônio para os filhos. Esses objetivos representavam não apenas conforto material, mas independência, estabilidade e segurança.

O patrimônio representa independência. Quem tem uma casa quitada depende menos do aluguel. Quem possui reservas financeiras enfrenta crises com mais tranquilidade. Quem investe gera riqueza para si, para sua família e para a sociedade. Não se constrói uma nação apenas distribuindo renda. Constrói-se criando condições para que as pessoas produzam, invistam, empreendam e acumulem patrimônio ao longo da vida. Mas esses princípios parecem não fazer parte do governo do Brasil.

Quando o custo de vida cresce mais rápido do que os salários, quando a carga tributária pesa sobre consumo, renda e produção, quando o crédito fica caro e a insegurança econômica afasta investimentos, a consequência é previsível: trabalha-se muito apenas para manter o presente, sem conseguir construir o futuro.

Quando o cidadão não consegue acumular patrimônio, ele permanece permanentemente dependente. Depende do aluguel, do crédito, do financiamento, do emprego imediato, de programas estatais e das oscilações de uma economia que oferece pouca previsibilidade. O resultado é uma geração que vive para pagar contas, não para formar patrimônio.

Essa realidade deveria preocupar qualquer governo, independentemente de sua orientação política. O sucesso de uma política econômica não se mede apenas pelo consumo imediato, mas pela capacidade de permitir que as pessoas prosperem, comprem sua casa, adquiram seus bens e deixem herança para seus filhos.

Sem crescimento econômico consistente, segurança jurídica, estímulo ao empreendedorismo e responsabilidade fiscal, o patrimônio deixa de ser um projeto de vida e passa a ser um privilégio de poucos. Uma sociedade em que o cidadão perde a esperança de crescer economicamente é uma sociedade que perde, aos poucos, a confiança no próprio futuro.

A grande pergunta não é se a nova geração quer ter patrimônio. É se o Brasil ainda está oferecendo condições para que ela consiga construí-lo!



WhatsApp 82 98113-2350
alvarocostaadvogado@gmail.com